

**“TRATADO DA ARQUITETÔNICA, OU ARQUITETURA MILITAR,
OU FORTIFICAÇÃO DAS PRAÇAS”: LINGUAGENS DE DEFESA – DE
UMA DIMENSÃO CELESTIAL A VITRÚVIO**

**“TREATISE ON ARCHITECTURE, OR MILITARY ARCHITECTURE,
OR SQUARES’ FORTIFICATION”: DEFENSE LANGUAGES – FROM
A CELESTIAL DIMENSION TO VITRUVIUS**

Luiza da SILVA*

Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar a produção de conhecimento acerca da defesa através de um manual de Arquitetura Militar escrito em língua portuguesa, na primeira metade do século XVIII. Trata-se do “Tratado da Arquitetônica, ou Arquitetura Militar, ou Fortificação das Praças”, de autoria desconhecida e com a datação identificada como sendo aproximadamente do ano de 1705. Para tanto, propomos a descrição geral da obra, a demonstração da argumentação bíblica e da vitruviana, para depois nos deter sobre as regras (as “máximas”) que permitem observar o modo como os argumentos a respeito de uma dimensão celestial – em termos de uma experiência celestial como modelo de melhor defesa – aliados às concepções de Vitruvius, no que tange aos seis elementos da Arquitetura, foram apropriados pelo autor desconhecido.

Palavras-chave: Arquitetura Militar; linguagens; dimensão celestial; Vitruvius

Abstract

The aim of this article is to analyze the production of knowledge about defense through a manual of Military Architecture written in Portuguese language, in the first half of the 18th century. It is the “Tratado da Arquitetônica, ou Arquitetura militar, ou Fortificação das Praças”, of unknown authorship and with the dating identified as being approximately of the year 1705. For this, we propose the general description of the work, the demonstration of the biblical argument of Vitruvius, to later dwell on the rules (the “maxims”) that allow us to observe the way in which the arguments about a celestial dimension - in terms of a celestial experience as model of the best defense - allied to the conceptions of Vitruvius, with respect to the six elements of Architecture, were appropriated by the Unknown Author.

Keywords: Military Architecture; languages; celestial dimension; Vitruvius

O tratado e a sua autoria

* Mestre em História – Doutoranda em História pelo PPGHIS/UFRJ – Rio de Janeiro/RJ – Brasil. E-mail: lujonascimento@gmail.com

A prática científica da Arquitetura Militar, ensinada por autor desconhecido, possui uma linguagem que aponta para dois caminhos de especificidades teóricas que se entrelaçam. O primeiro diz respeito ao padrão celestial de defesa e o segundo faz referência aos seis termos da Arquitetura de Vitrúvio (?-15 a.C.)¹¹. Para a compreensão desse discurso, não podemos deixar de pontuar o quanto a experiência histórica como prova retórica permeia a argumentação, principalmente em relação ao primeiro caminho; além da perspectiva vitruviana ser especificamente observada através da apropriação dos seis termos daquela arquitetura. Ao identificar a retórica calcada na noção de experiência em eventos pretéritos, podemos concluir que os textos bíblicos foram utilizados como legitimadores da experiência celestial e modelo de melhor defesa para atingir a perfeição, bem como o decoro vitruviano, empregado para mobilizar o ideal de perfeição.

A linguagem do “Tratado da Arquitetônica, ou Arquitetura Militar, ou Fortificação das Praças”² será problematizada. Antes, porém, falaremos de sua autoria e da data do documento, pois acreditamos que se trata de um escrito inédito de autoria ainda desconhecida – apesar de atribuída ao engenheiro-mor do reino Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749) – e anterior a 1740. Tais hipóteses estão baseadas em análise da fonte, e é possível constatar mais de uma citação ao próprio Azevedo Fortes. A única explicação fornecida pelo Arquivo Nacional Torre do Tombo para a autoria foi a de que o nome de Manoel de Azevedo Fortes está na folha após a capa, podendo ser uma obra de propriedade de Azevedo Fortes e não de sua autoria. Sobre a data, a citação a seguir, quando o autor menciona a expressão "até o presente" (ou até o momento da realização dessa obra) quer dizer que um dos de seus contemporâneos foi o engenheiro militar espanhol Sebastián Fernández de Medrano (1646-1705), que morreu em 1705, sendo esta, portanto, a data máxima possível para a elaboração do manuscrito.

Finalmente até o **presente** tem saído Bombelle, Blondel, **Medrano**, Ozanam, Padre Finger, o Autor da nova maneira de fortificar, o Anônimo com – o método de Vauban, Abbade de Fay, Mauleon; até aqui os AA desta matéria; e novamente Manoel de Azevedo Fortes (AUTOR DESCONHECIDO, ca. 1705, p. 9 – grifos nossos).

O “Tratado da Arquitetônica” foi da seguinte forma dividido: começa pelo que o autor denomina de “argumento”, em cinco parágrafos, nos quais o leitor é informado sobre o teor da

¹ Marcos Vitruvius Polião, arquiteto romano que viveu no século I a.C.

² Manuscritos de Livraria, nº 1809, Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT).

Gostaríamos de destacar que o trabalho de transcrição do manuscrito não é tarefa fácil e que ainda não está totalmente concluído, pois estamos falando de um tratado com quase 500 páginas. Além da parte em anexo e das figuras geométricas que serão objetos de futuras análises.

Ciência ensinada. De um modo geral, trata-se de uma Arte ou Ciência que ensina a fortificar, defender e ofender as praças. Em uma subdivisão da Arquitetura Militar, a Monitória (ou a Fortificação) possui as regras da arte que atenderão à fortificação como um todo, sendo esse o tema do manuscrito. Com as demais partes da dita Ciência – Expugnatória e Repugnatória, que quer dizer conquista e resistência, respectivamente – ficam estas últimas, segundo o autor, para outros trabalhos. As três partes da Monitória ou fortificação são: iconográfica, ortográfica e metódica. Vejamos.

O autor explica na primeira parte os termos da confecção do desenho, com seus elementos como que compoem um cenário. Na segunda parte, o autor trabalha com as dimensões, as medidas exatas dos itens da figura. Já a terceira e última parte esmiúça os métodos dos principais teóricos da Ciência em estudo – tanto “antigos”, quanto “modernos”, identificados pela expressão “AA.” –, autores classificados a partir do que denominamos de Escolas: espanhola, francesa, inglesa, holandesa, dentre outras. Interessante é apontar para a construção dos “sistemas de conhecimento” ou esquemas intelectuais na caracterização da composição da Arquitetura Militar, através dos autores citados, bem como de suas teorias.

No entanto, antes da explicação dessa parte Monitória, que são ensinados os elementos da fortificação, e entendida pelo autor como matéria inventada, há a notícia proemial, seguida das questões proemiais. No sentido de algo contemporâneo ao texto, o termo notícia diz muito sobre o que o autor quer explicar aos seus alunos como fundamento da matéria, e o termo prêmio significa princípio de um discurso. Para a notícia, o objetivo é levar o texto às origens da Ciência ensinada. Então, a narrativa da história da Arquitetura Militar e da formação das cidades, dos Estados e da própria Humanidade é construída. Com uma específica divisão para explicar a origem e o desenvolvimento da Arquitetura Militar, no que diz respeito à fortificação, os itens dessa divisão são: Da 1ª cidade edificada, e do princípio da guerra; Princípio da parte Monitória; Aumento da parte Monitória antes do dilúvio; Aumento da parte Monitória depois do dilúvio; Progresso da parte Monitória até o invento da pólvora; Progresso da Monitória, inventada a pólvora.

Segundo o autor desconhecido, o princípio da fortificação obteve seu desenvolvimento antes do dilúvio, quando da edificação da primeira cidade “pelo malvado Caim” (AUTOR DESCONHECIDO, ca. 1705, p. 2). Já depois do dilúvio, estamos falando da experiência de Noé.

Desse modo, o conteúdo da referida notícia explicava a construção da Arquitetura Militar (ou da fortificação) por meio do relato bíblico, o que de fato também é uma forma de legitimação dessa Ciência. Por exemplo, da mesma forma que no Céu havia, na concepção do autor, uma Cidade Santa murada³, na Terra, os homens precisavam proteger as suas cidades com muros através da correta aplicação da Arquitetura Militar. Como preparação para o leitor (ou ouvinte, pois o conteúdo também é identificado como aula), a base de legitimação da Ciência foi uma história encontrada no discurso bíblico. Tal estratégia argumentativa suscita reflexões sobre as concepções do autor em relação às esferas da política e da religião – como as separamos.

Para as questões proemiais, o intuito do texto é ambientar o aluno com os principais debates dessa que era (como as demais) uma Ciência com embates e perspectivas a serem defendidas. São elas: 1ª. Se a definição da Arquitetura Militar proposta era boa; 2ª. Se as partes da Fortificação eram as três supracitadas; 3ª. Se a Arquitetura Militar seria Ciência; 4ª. Se a Fortificação seria de grande dignidade; 5ª. Se a Arquitetura Militar seria necessária; 6ª. Se seria melhor fortificar a parte fronteira da Província do que o centro dela; 7ª. Se seria conveniente fortificar a Corte em que o Príncipe estava; 8ª. Se seria melhor uma Praça boa e bem fortificada do que duas menos boas e de pequenas defensas.

As questões são apenas retóricas, pois receberam respostas afirmativas. Iniciando com a definição e partes da Ciência (Monitória, Expugnatória e Repugnatória), as características da Arquitetura Militar são descritas, bem como a sua necessidade e dignidade, além dos locais e modos de edificar a fortificação.

Cabe destacar que, pelo significado das palavras, a presença da escrita merece ser mobilizada. Em uma escrita do desenho, ou o desenho como um discurso, o sufixo grafia ou gráfica em duas das três divisões da Monitória – Iconografia e Ortografia – mostra que se trata da representação escrita de algo, isto é, no seu desenho. Desse modo, a Ortográfica, como a disposição das letras na Gramática, ensina como os elementos estarão dispostos no cenário, no que tange as suas medidas.

A presença da linguagem bíblica no “Tratado da Arquetônica”: a figura quadrada da Cidade Santa

³ A necessidade de tal defesa fora explicada no texto por meio do advento de uma guerra no Céu provocada por Lúcifer.

O autor desconhecido, logo no começo do texto, na “notícia proemial”, afirma:

Da 1ª cidade edificada, e do princípio da guerra

O incompreensível Deus criador de tudo no princípio do tempo em um, e o mesmo instante criou o céu, e a Terra conforme o gênesis [...] criou Deus [?], terra, a saber o céu dos céus, isto é o Império, a que São João no Apocalipse livro 21 chama Cidade Santa, que tem um **muro** grande, e alto em que se dão 12 portas; três para o oriente, outras tantas para o Norte três para o Sul, e as mais para o ocidente, sendo quadrada a figura da cidade.

[...]

Edificada esta cidade, e criados os [?] peritos Angélicas, logo no Céu houve uma grande **batalha**, como se diz no mesmo Apocalipse capítulo 12 [?], e foi, que o Arcanjo São Miguel, e os seus anjos pelejaram com o dragão, ou Lúcifer, e este com os seus sequazes contendiam, mas não prevaleciam, nem o seu lugar foi achado mais no Céu, e foi tal a contenda, que o dragão vencido trouxe com a sua cauda a 3º parte dos astros do Céu, e os precipitou nas profundezas da terra.

[...]

Pelo que vivendo os homens separados das feras, é crível, que para se defenderem delas cercavam as cidades: com alguma estacada, ou algum valado, e assim parece, que teve **princípio a Fortificação**, o que foi muito coetâneo ao Mundo (AUTOR DESCONHECIDO, ca. 1705, p. 3 – grifos nossos).

O desenho da Cidade Santa como um quadrado aponta para a elaboração de um discurso de defesa cuja origem foi celeste, e a argumentação de uma origem indica que o engenheiro possuía uma direção, uma experiência a ser seguida. Por esse trecho percebemos também que a origem da Arquitetura Militar remonta à origem do mundo, ou melhor, essas origens são concomitantes na medida em que, com a criação do mundo, foi necessário desenvolver métodos defensivos semelhantes aos das regiões celestiais. Em termos comparativos, o muro da Cidade Santa e a guerra que houve no Céu deveriam ser observados para a realização de uma defesa terrena. Depois disso, o autor está chamando a atenção para o fato de que, após os homens por natureza terem se unido para escaparem das feras, a disputa entre eles teve lugar em termos naturais. O que acarretou a continuação da invenção da Ciência da Arquitetura Militar. Ele continua:

Princípio da parte Monitória

A origem da arte Monitória foi, que como diz Cícero no 1º da Invenção houve um tempo, em que os homens a cada passo andavam vagabundos nos Campos à [?] de feras, e propagavam a vida com o sustento felino, nem administrando alguma coisa com a razão do ânimo, mas as mais coisas com as forças do corpo.

[...]

Aumento da parte Monitória antes do Dilúvio

Vivendo os homens seguros, e separados das feras conheceu a malícia humana de sorte, que os homens intentaram tirar os bens uns aos outros, fazendo-os escravos, e assim os pomos para viverem seguros, dos que os intentavam sujeitar, e maltratar, foram obrigados a cercar as cidades com muralhas, para que pudessem resistir aos agressores, usando-se de mais forte fortificação, do que se fazia contra as feras: pelo que passa, que os homens [?] são piores do que as feras (AUTOR DESCONHECIDO, ca. 1705, p. 3 e 4).

Esse percurso de origem da Arquitetura Militar, ou o caminho da notícia proposta pelo autor desconhecido, começa com o modelo da Cidade Santa (em função da guerra que houve no Céu: se no Céu havia muros, a Terra deveria copiá-los) para que na Terra fosse possível a defesa do homem contra as feras. Passa pela percepção da natureza humana após a criação do mundo, e culmina na origem do Estado e das cidades com a finalidade da defesa de um homem sobre o outro. Tais ideias são, para o autor do manuscrito, utilizadas como argumento para legitimar a Ciência que ele ensina.

Como possuidor de uma natureza má, o homem é propício às disputas traz a discussão de Thomas Hobbes para a pesquisa. Carlo Ginzburg (2014), em seu livro “Medo, reverência e terror”, mostrou como a dimensão do medo ainda é mobilizada nos dias atuais. No entanto, o que nos interessa são os apontamentos daquele autor sobre algumas das categorias desenvolvidas por Hobbes, e a análise da iconografia política, que, no caso, foi através do frontispício do “Leviatã”.

A partir do conceito de “fórmulas de emoções”, de Aby Warburg, Ginzburg conduz os seus ensaios com o intuito de perceber como as dimensões do medo, da reverência e do terror são mobilizadas também em Hobbes. O caminho da argumentação de Hobbes é identificado por Ginzburg na dinâmica do medo, por meio do uso do termo *sujeição* – medo mais sujeição é igual a terror –, aquele autor dá prosseguimento ao estudo.

Em uma matemática de emoções, o homem tem no medo uma matriz geradora da sociedade. Para responder sobre a origem do Estado, Hobbes lança mão, portanto, da origem da religião, isto é, a partir da teologia política. Para tanto, “a noção de *Pathosformeln* [fórmulas de emoções] ilumina as raízes antigas de imagens modernas e a maneira como tais raízes foram reelaboradas” (GINZBURG, 2014, p. 12). Tal qual a Arquitetura Militar, a autoridade legítima do Estado estava calcada em instrumentos de matrizes antigas e religiosas. Desse modo, observamos a origem da Arquitetura Militar identificada no medo.

Hobbes colocou o medo no centro de sua própria Filosofia Política, o que quer dizer que, a partir do estado de natureza, os homens são iguais e têm os mesmos direitos, isto é, de

defender e de ofender, acarretando uma condição de guerra, de medo constante. “Eles [os homens] saem dessa situação intolerável renunciando a uma parte dos próprios direitos: um pacto que transforma uma multidão amorfa num corpo político” (GINZBURG, 2014, p. 16). O Estado surge de um pacto nascido do medo. Para os desdobramentos desse conceito nos escritos de Hobbes, Ginzburg ressaltou o significado do termo *medo*, que, passando pelo de sujeição, chegou ao de terror. Mesmo inserido em uma lógica que alude a uma ordem hierarquizada por natureza, o tratado dessa pesquisa expõe a questão da origem nos mesmos termos que Hobbes, pois, como vimos, a cidade e o Estado tiveram as suas origens descritas no “Tratado da Arquitetônica” de modo artificial, para responder à natureza humana frágil e débil.

Um ideal de perfeição foi exposto pelo autor desconhecido em seu manuscrito, de forma a perpassar todo o discurso a partir do conceito de experiência. Concluimos, portanto, ser essa perfeição a celestial, associada à adequação e ao decoro vitruviano, como veremos mais adiante.

O texto bíblico e a confecção do desenho

Com o intuito de compreender a matriz teórica do autor desconhecido calcada no texto bíblico, vamos dialogar com o trabalho de João Adolfo Hansen. A Ciência da Arquitetura Militar tinha por objetivo a confecção de desenhos de plantas de fortificação para a sua posterior edificação. Com isso, somos introduzidos na temática que compreende a representação desenvolvida em Portugal e no Ultramar da primeira metade do século XVIII, pois entendemos os ditos desenhos como representações do poder político português. Sobre essa noção de representação produzida pelo e para o Império português⁴, Hansen desenvolve alguns pressupostos de análise em seu artigo “Ler e ver: pressupostos da representação colonial” (HANSEN, 2009).

Durante o período em que Hansen propõe um século XVII com quase duzentos anos (1580-1750), as representações produzidas partiam não de uma matriz oriunda do Romantismo do século XIX, mas sim calcada em uma noção de Deus como a causa primeira, o ideal de começo e fim de tudo. Os regimes de historicidade das representações necessitam, então, ser compreendidos. Uma das condicionantes desse regime está, segundo Hansen, nos

⁴ Preferimos esta expressão à de “representação luso-brasileira”, que Hansen lança mão.

códigos linguísticos da retórica teológico-política. Com o intuito de evitar apropriações anacrônicas das representações, há de se especificar as lógicas discursivas e o que condicionou de forma material e institucional a representação colonial. Esse movimento analítico é exatamente o que estamos propondo para o entendimento do “Tratado da Arquitetônica”. Quando observamos que o autor do manual mobilizou dimensões bíblicas para explicar como alcançar a perfeição para a melhor defesa, somos capazes de explicar as lógicas discursivas no ensino da Ciência da Arquitetura Militar propostas pelo autor desconhecido. A referida explicação, como vimos, foi desenvolvida através de sua origem e, portanto, experiência a ser copiada.

Hansen propõe uma arqueologia da representação colonial a partir de dois caminhos: através das categorias e dos preceitos de desenvolvimento e por meio das apropriações e dos valores de uso. Em nossa pesquisa, o primeiro movimento está relacionado ao ensino da Ciência em tratados de Arquitetura Militar; já o segundo, pela via das noções acerca dos usos dos desenhos de plantas de fortificação, presentes em documentações que abarcam a sua mobilização, como por exemplo em cartas, pareceres e ofícios do Arquivo Histórico Ultramarino. Para este artigo, deteremo-nos no primeiro movimento de análise.

A partir da concepção de “sedimentações culturais”, Adolfo Hansen indica que não é possível utilizar a “etiqueta anacrônica” do “Barroco” na tentativa de categorizar o século XVII proposto. Desse modo, a ideia analítica recai sobre os sistemas que regularam as representações discursivas, apreendidos através do cotejamento de variadas fontes: discursos das Câmaras Municipais, atas, cartas, ordens régias, espelhos de príncipes, dentre outras. Em tais documentos, a cultura política, os meandros de uma linguagem – também mobilizados nas representações – podem ser identificados e compreendidos. A forma cultural à que aquele autor está se referindo diz respeito ao absolutismo católico português, que era aristotélico e escolástico. Hansen chama a atenção para o fato de que não se pode interpretar as representações desse longo século XVII à luz das “categorias da crítica romântica do século XIX” (HANSEN, 2009, p. 104). Entende-se, portanto, que a retórica aristotélica e a interpretação pela teologia política católica estão presentes nos regimes de representações discursivas do período indicado.

Nos tratados de Arquitetura Militar, a perspectiva interpretativa por meio da teologia política católica pode ser observada na mobilização da dinâmica da experiência, que ensina, educa e é evocada como argumento legitimador. Como a representação sempre aludia a sua

causa divina – no caso, a experiência de defesa celestial –, o modo como os indivíduos representavam a experiência do passado e a expectativa de futuro, percebendo Deus como a Causa Primeira, diz muito sobre a linguagem discursiva ora analisada. Nesse sentido, “Deus [era a] Causa Primeira e Final da natureza e da história” (HANSEN, 2009, p. 107). Como o acontecimento traduzia uma experiência vivida, alguns parâmetros de defesa já estariam postos, as melhores teorias poderiam ser testadas, e os novos elementos deveriam ser identificados no processo de novas experiências.

A causa divina como prioridade não foi diferente nas representações para a defesa. Como demonstrado, o ensino do autor desconhecido esteve calcado na dimensão de uma defesa celeste como modelo para a terrestre. Tal como no Céu, a Terra deveria ser cercada por muros. O relato bíblico da experiência no Céu era, portanto, a prova histórica máxima de que a Arquitetura Militar era conveniente, necessária e útil. Através da conveniente experiência do Céu, aquela Ciência obteve o seu modelo de ordem. Passando ao plano terrestre, os episódios bélicos bem-sucedidos davam conta das regras da prática de defesa através da Arquitetura Militar que devia ser desenvolvida.

O estudo das representações da defesa portuguesa nos desenhos de plantas de fortificação é realizado, então, através da compreensão do que Hansen chamou de códigos linguísticos da retórica teológico-política, e estes estão presentes nos tratados de Arquitetura Militar estudados. Um exemplo disso é o fato das metodologias “saírem” ou “serem lançadas à luz” pelos teóricos da Ciência em estudo, o que quer dizer que algo já estava em seu interior. A invenção é o ato de trazer à luz algo que já existia, como o autor do “Tratado da Arquitetônica” mostrou em relação à própria Arquitetura Militar, tida como “matéria inventada”.

Estamos falando de uma empiria racional que apresenta as marcas da racionalidade eterna, mencionada por Hansen. A imagem seria a metáfora de objetos materiais que já estariam na mente do indivíduo. Porque o importante era o modo da imitação, a imagem interior da Presença (divina), expressada exteriormente. “Sendo análoga à identidade divina, a imagem assemelha-se também a todas as outras imagens reais e virtuais, que também são efeitos e signos da mesma causa luminosa” (HANSEN, 2009, p. 109). A representação como a Presença em cena, para além da forma, contemplando também os espaços qualificados pela Presença, mostra “a coordenação de elementos [que] produz a forma” (HANSEN, 2009, p. 110). Desse modo, os dispositivos teológico-políticos nas representações demonstram a

produção de presença divina, bem como dos seus ensinamentos. Vejamos a prática dessa presença na linguagem dos tratados, quando os seus autores lançam mão do texto bíblico.

Segundo o autor desconhecido, o princípio da fortificação obteve seu desenvolvimento antes e depois do dilúvio, como já foi exposto. Antes, quando da edificação da primeira cidade “pelo malvado Caim” (AUTOR DESCONHECIDO, ca. 1705, p. 2), Enoquia, em homenagem ao seu filho mais velho, Enoque. A Bíblia relata no capítulo quatro do livro de Gênesis que Caim matou o seu irmão Abel por inveja e ciúmes, ao ter a sua oferta recusada por Deus, quando a de Abel havia sido aceita. Após isso, Deus declara a seu respeito: “E agora maldito és tu desde a terra, que abriu a sua boca para receber da tua mão o sangue do teu irmão. Quando lavrares a terra, não te dará mais a sua força; fugitivo e vagabundo serás na terra” (Gn 4.11-12).

Já depois do dilúvio, estamos falando da experiência de Noé, o que remete aos textos bíblicos dos capítulos cinco a dez do livro de Gênesis, nos quais Deus manda Noé construir uma arca para sobreviver da destruição que Ele causaria à Terra devido à extrema maldade humana. Depois desse fato, o autor desconhecido ensina que as cidades de Nínive e Babilônia são edificadas. Nesse sentido, o relato bíblico como forma de legitimar a Arquitetura Militar pode mais uma vez ser verificado. Como o exemplo relatado anteriormente, da concepção do autor de uma Cidade Santa murada, e a necessidade de na Terra os homens precisarem de proteção, explicada pela guerra que houve no Céu, provocada por Lúcifer e escrita no livro bíblico do Apocalipse, no capítulo 12.

Os seis termos da Arquitetura de Vitruvius: no discurso do autor desconhecido

No trabalho de argumentação do autor desconhecido, o ideal de uma prática para a perfeição é o elo entre a dimensão celestial e o ensino de Vitruvius. Discurso cujo objetivo era o ensino para que o espaço pudesse ser totalmente defendido, esse sistema de relações no texto do autor desconhecido foi fundamental para o seu desenvolvimento, o que implica dizer que ele optou por correlacionar e praticar dimensões teóricas para atingir o ideal da melhor defesa possível para cada território.

Explicar o motivo pelo qual entendemos que houve uma recuperação do discurso vitruviano pelo autor desconhecido, mesmo que este não o tenha citado diretamente, está no fato dos termos da Arquitetura de Vitruvius terem sido apropriados no “Tratado da

Arquitetônica”. O autor desconhecido prefere referenciar Aristóteles, que foi uma base para Vitruvius, segundo estudos como o de Leandro Manenti, como veremos mais adiante.

Outro ponto importante é a possibilidade de circulação desse autor clássico. Rafael Moreira argumenta que Pedro Nunes (1502-1578) foi o primeiro autor a traduzir Vitruvius para uma língua vernácula, exceto o italiano, e isso em 1541. Este fato aponta para a circulação desse autor em terras portuguesas, e mais até, no ensino da Náutica e da Arquitetura e fortificação em Portugal, já no século XVI (MOREIRA, 2009).

Em relação aos seis termos da Arquitetura de Vitruvius, o autor desconhecido opera tanto direta quanto indiretamente em seu discurso, ao mobilizar as ideias presentes naquele clássico. Os seis termos da Arquitetura de Vitruvius são: ordem, disposição, eurtmia, simetria, decoro e distribuição. Para a ordem, o autor desconhecido previa a praça, o todo, em ordem. Para a disposição, discute os parâmetros desse termo, como os elementos deveriam ser inseridos no desenho da planta de fortificação. A eurtmia ou proporção dos números permeia todo o ensino, pois a busca pela proporção entre as partes, entre os elementos, é uma constante na perspectiva do autor desconhecido. Já a simetria aparece quando o assunto são as máximas, as regras da Arquitetura Militar. Decoro e distribuição são aspectos que estão perpassando o texto de forma indireta, pois a perfeição à que o primeiro se destina e a finalidade à que o último designa estão claramente argumentadas pelo autor desconhecido. Vejamos cada termo de forma mais detalhada.

A ordem é o ideal de composição do todo da obra, “o objeto, ou a matéria desta Ciência é a **praça em ordem** à defesa, e ofensa; porque aquele é em toda a arte, ou ciência, do qual ela trata” (AUTOR DESCONHECIDO, ca. 1705, p. 2 – grifos nossos). A Arte ou a Ciência da matéria chamada de Arquitetura Militar é a ordem da praça para a sua defesa e ofensa, o que quer dizer cada elemento em seu lugar.

A disposição está relacionada à “disposição do sítio” que deveria ser delineada, por exemplo, quando o engenheiro, antes do desenho da fortificação, calculava os lugares das obras exteriores e das possíveis campanhas inimigas. Portanto, o que o autor desconhecido nomeou de “cômodos necessários para a boa defesa” apenas seriam alcançados através dessa disposição do sítio. Para legitimar sua argumentação, o autor cita Vegecio (? - 450 d.C.)⁵, que, segundo Luiz Gonzaga (1666-1747)⁶, foi o primeiro a chamar a atenção para a importância de

⁵ Flávio Vegecio, escritor e arquiteto do Império Romano do século IV a.C.

⁶ Em outros trabalhos, desenvolveremos o modo como esse padre da Companhia de Jesus mobilizou o discurso vitruviano, inclusive citando-o diretamente. Importa rapidamente explicar que autor do tratado de arquitetura

ter cautela na escolha do sítio. Estamos falando de um debate anterior, que envolvia a escolha do sítio⁷ correto, adequado para a melhor defesa de cada território, para afirmar o seu ponto de vista de que a Arte da defesa deveria ser somada à Natureza, que criou sítios capazes de boas defesas, como aqueles altos ou cercados de água. É com essa linha argumentativa que o autor desconhecido segue o seu texto, pois a disposição do sítio passava pela disposição do terreno.

Após uma breve exposição dos cômodos e incômodos de cada sítio, o autor conclui:

Destas coisas se podem colher os cômodos, e incômodos de outros sítios; que podem ocorrer; mas isto somente serve quando se quer fazer de novo alguma vila, ou cidade; porque é certo, que cada uma se há de acomodar ao seu sítio, e assim naquilo em que faltou a natureza, se fará, que supra a arte (AUTOR DESCONHECIDO, ca. 1705, p. 191)⁸.

Em Vitruvius, há uma espécie de subdivisão da disposição: iconografia, ortografia e cenografia. Como mencionado, o autor desconhecido divide a Arte Monitória, o ensino da Arquitetura Militar, nas seguintes partes: iconográfica, ortográfica (com a cenográfica) e metódica.

Eurimetria, ou proporção, é um elemento que não pode ser extraído da concepção da Arquitetura Militar porque a disposição dos elementos em ordem no desenho será determinada pela proporção entre as partes, correspondendo a uma defesa mútua, como veremos quando analisarmos as máximas. Já a simetria diz respeito às partes em correspondência ao todo. A busca por simetria pode ser identificada nas oito máximas ensinadas e tidas por infalíveis pelo autor desconhecido.

8° Das Máximas gerais da Fortificação. Como quer que todas as coisas devem observar alguma **simetria** entre as suas partes, também a Fortificação se há de proporcionar, e dispor por algumas regras, as quais de algum modo sejam infalíveis, e assim propomos as seguintes (AUTOR DESCONHECIDO, ca. 1705, p. 33 – grifo nosso).

militar “Exame Militar”, Luiz Gonzaga nasceu em Lisboa em 1666 e ingressou na Companhia de Jesus aos 17 anos. Já aos 20, lecionava Latim e cursava Filosofia na Universidade de Évora, curso que tinha a duração de quatro anos. Entre os anos de 1695 e 1699, enquanto estudava teologia, lecionou ciências matemáticas no Colégio de Jesus. Em 1700, de volta a Lisboa, assumiu a regência da “Aula de Esfera” do Colégio de Santo Antão, de onde posteriormente seria reitor. Com Portugal envolvido na guerra da Sucessão da Espanha, Gonzaga recebeu ordens de D. Pedro II que ditasse o tratado da arquitetura militar na referida Aula do Colégio de Santo Antão. Ensinou também no palácio real aos príncipes D. João (futuro rei D. João V), D. Francisco e D. António.
⁶ Morreu em 1747, aos 81 anos de idade.

⁷ Como terreno ou local de construção.

⁸ Exploramos em outros trabalhos as diferenças entre os sítios. Como para esse tópico a ideia é perceber a mobilização dos termos de Vitruvius, não focaremos nesse ponto.

Decoro ou aparência por perfeição e conveniência, uma adequação que há como resultado a distribuição ou economia, ou seja, a conservação do Estado como finalidade.

A pesquisadora em Arquitetura e Urbanismo Carolina da Rocha Lima Borges, ajuda a pensar o discurso vitruviano. Em seu artigo “Vitrúvio, Alberti e o poder”, ela discute a relação entre o ornamento, o decoro e as necessidades práticas da Arquitetura (BORGES, 2016). Aponta ainda para o modo como Vitrúvio compreendia a perfeição, o decoro, o que passaria a ser responsável por compor o espaço urbano. Borges especifica a Matemática e a Geometria como meios de alcançar o divino nesse período, e que, para Vitrúvio, a perfeição seria obtida por meio daquelas ciências.

A ideia, a prática balizada pelo ideal de perfeição, conduz ao debate acerca da regularidade possível. A ideia do decoro presente no tratado estudado ajuda a compreender a prática política de representações, na medida em que a formação da cidade foi descrita de forma decorosa, por meio dos princípios da Arquitetura Militar. Decoro é algo formoso, honesto, que está em consonância com a conveniência e a graça. Ser decoroso significa se adequar às condições decentes, corretas, para determinado fim, que, no caso, é a melhor defesa do espaço da cidade em questão (BLUTEAU, 1789, p. 365). Por ser o decoro vinculado à adequação ao terreno, passa a ser entendido como a prática da regularidade possível para cada sítio escolhido pelo engenheiro. Como pressuposto da Arquitetura Militar, esse conceito foi aplicado na urbanização da América portuguesa, em particular na cidade do Rio de Janeiro.

Rodrigo Almeida Bastos identifica em seu estudo que preceitos do decoro, conveniência e adequação estão presentes no processo de urbanização das cidades da América lusa, denominando-o como “conveniente luso-brasileiro”. A característica de adaptação dos portugueses foi explicada por Bastos através do decoro como “preceito secular das artes, da ética e da arquitetura” (BASTOS, 2012, p. 212). Para tanto, cita o tratado de Arquitetura Militar de Luiz Gonzaga. Bastos afirma que o processo de adaptação aconteceu desde a Antiguidade até fins do século XVIII, através do decoro, com a conveniência⁹ como objetivo da construção urbana.

⁹ Luiz Gonzaga afirmou em seu tratado que conveniente é o Príncipe ter seu Estado fortificado. Desse modo, o tratado é costurado pelos preceitos do decoro e da conveniência – características também presentes, portanto, na efetiva elaboração da planta de fortificação. Do mesmo modo, o elemento da conveniência percorre todo o texto do autor desconhecido.

Não houve acaso nem desleixo, mas sim uma formação voltada para sítios escolhidos a partir da sua utilidade, sendo esta defensiva. Isso representava, ao fim e ao cabo, a conservação do corpo do reino, pois as partes do reino, as conquistas, também mantinham a decência urbana. A regularidade adquire uma nova noção – a de uma regularidade possível. Em substituição ao espontâneo, tem-se a aplicação do que era conveniente e necessário modulando a chamada “regularidade possível”, isto é, a prática da defesa, que dava o tom para a formação de cidades como o Rio de Janeiro. Assim, o argumento para a formação urbana decorosa compõe e é composto pela Arte defensiva.

Pelo exposto, percebemos a construção de cidades como a do Rio de Janeiro como uma cidade regular, a partir de padrões próprios, identificados com o projeto colonial português que previa a racionalidade voltada para a defesa. A lógica de planejar foi, então, identificada antes mesmo do período pombalino, pois o texto desse estudo já apresentava essa intenção e técnica para defesa e formação da urbe. A cidade fortificada representa a segurança e a ordem, pois defender quer dizer possuir e controlar. A monarquia interferia nas questões urbanísticas por meio do costume e das experiências, ressignificados na América, com cidades que seguiam o seu padrão, a partir dos fortes e das fortalezas.

Já o estudo da obra de Vitruvius do pesquisador e arquiteto Leandro Manenti (MANENTI, 2010) prioriza o entendimento do princípio da ordem. Este, por estar vinculado a um sistema de relações, permitiria a existência de regras claras e inteligíveis, o que é exatamente a caracterização da composição das máximas do autor desconhecido. Manenti relaciona o termo “ordem” à essência ou ao princípio das coisas, o que no “Tratado da Arquitetônica” quer dizer a origem, celestial, da Arquitetura Militar. Manenti conduz o seu estudo com a concepção de que Vitruvius foi inspirado por Aristóteles. Esse último pensa em uma associação entre a teoria e a prática como forma de o sujeito atingir a autoridade no conhecimento em questão. Da mesma forma, o autor desconhecido constrói o seu texto com essa perspectiva, sempre apontando para a complementaridade entre a teoria e a prática, além de lançar mão de Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.); (ao lado de Vegecio (? - 450 d.C.) e Tito Lívio (59 a.C. - 17 d.C.)) para, em sua quinta questão, responder que sim, a Arquitetura Militar era necessária. “Semelhantemente e mostra; pelo que diz Aristóteles no Sétimo da Política, que a cidade fiada no seu poder se há de cercar com muros” (AUTOR DESCONHECIDO, ca. 1705, p. 14).

A tríade conveniência, necessidade, utilidade ou dignidade é um interessante aspecto no estudo dos códigos linguísticos do autor desconhecido, pois, através desse argumento, podemos conectar os pontos até aqui desenvolvidos, quais sejam, aqueles relacionados à perfeição oriunda do Céu e à vitruviana. Vejamos como as máximas retomam tais códigos.

Das oito “máximas” do autor desconhecido: da dimensão celestial a Vitruvius

Com o intuito de pensar os parâmetros da construção do saber em estudo, quais as bases teórico-metodológicas que o forjaram, somos direcionados às concepções do que o autor desconhecido chamou de “máximas”. Elas surgem a partir das experiências em ocasiões de conflitos, o que quer dizer que as instruções de aplicação dessa Ciência eram desenvolvidas em meio ao embate e não apenas por meio de teorias duras; aliás, estas muitas vezes eram ressignificadas na prática¹⁰.

As oito máximas ou regras que o autor desconhecido entende como não possuidoras de falhas podem ser relacionadas aos seis termos de Vitruvius, que fornecem uma interessante chave de análise, na medida em que podemos mais uma vez observar concepções vitruvianas no discurso em língua portuguesa, como por exemplo o referido ideal de perfeição.

Na primeira máxima, o autor afirma que “1º: Na Fortificação não deve haver lugar, que não seja flanqueado. Também ela se deve **acomodar** no terreno de sorte, que nela, e à toda a Campanha não haja lugar, em que o expugnador possa estar para ofender a Praça”. Em seguida, prevê que: “2º: As obras exteriores da Praça devem por ela ser flanqueada, e assim serão mais baixas, do que a Praça. Esta máxima se segue da primeira”. Por fim, instrui: “3º: As obras exteriores serão abertas pela parte da praça. Também esta máxima se segue da 1º; porque assim aquelas obras ficarão flanqueadas da Praça” (AUTOR DESCONHECIDO, ca. 1705, p. 33 – grifo nosso). Tais instruções estão de acordo com a ordem em Vitruvius porque a adequação foi frisada, bem como a disposição e a simetria entre os elementos, para que não haja nenhum lugar sem defesa – que não deixe de ser flanqueado. Além do aspecto do sistema de relações, que especifica o quanto a disposição das obras exteriores é indispensável para se atingir o objetivo da defesa como um todo, através da mútua relação entre as partes e o todo.

Para a quarta máxima, o autor desconhecido ensinou:

¹⁰ O que mais uma vez remete à origem celestial e ao conflito no Céu destacado anteriormente.

4º: O ângulo flanqueado [formado pelo encontro entre as faces do baluarte] de qualquer obra da Fortificação não há de ser menor do que 60 graus, se passar de reto, não se deve fazer muito obtuso. A razão da primeira parte é; porque sendo a do ângulo menor do que 60 graus sairá a obra incapaz; porque se apertam muito as faces. A razão da segunda parte é; porque sendo o tal ângulo muito obtuso ficam as faces muito expostas à Campanha. Também tem mostrado a **experiência**, que o ângulo flanqueado de 60 graus fica algum tanto apertado; por cuja causa intentam os Arquitetos militares fazê-lo sempre maior do que 60 graus; porque assim dá mais capacidade à obra; porém não o podendo ser, o fazem de 60 graus (AUTOR DESCONHECIDO, ca. 1705, p. 34 – grifo nosso).

Nesse momento, o autor relaciona a incapacidade da obra às questões de proporção ou euritmia. Menciona também que a experiência foi o que legitimou a sua conclusão como máxima, além de expor a simetria da obra: a face nem muito apertada nem exposta. Ou seja, a necessidade da defesa das partes para impedir a exposição à Campanha.

A quinta, a sexta e a sétima máximas abordam a temática da regularidade:

5º: A fortificação regular é preferida à irregular; porque aquela por toda a parte é igualmente defendida, o que se não acha nesta.

Está máxima é a que devem os Arquitetos militares atender com mais cuidado pela conveniência da igualdade das defensas, e **perfeição** de todas as suas partes; mas o sítio muitas vezes dá o contrário.

6º: A fortificação irregular se deve chegar que puder ser à regular; porque assim será melhor defendida.

7º: As partes defendentes serão as melhores, e maiores, que puderem ser, contanto, que por aumento de uma se não siga muito nas outras. A razão por si é patente (AUTOR DESCONHECIDO, ca. 1705, p. 34 – grifo nosso).

A conveniência das defesas em igualdade e as partes em perfeição são ideias que remetem à disposição vitruviana, pois a busca pela regularidade retoma ao ideal de perfeição, quando todas as partes são igualmente defendidas. Mesmo que não fosse alcançada, a máxima regularidade possível deveria ser almejada. Por fim, o equilíbrio e a simetria entre as partes mais uma vez são pontuados, quando o aumento de um elemento não poderia implicar a alteração demasiada das medidas dos demais.

A oitava e última máxima diz respeito à experiência como prova retórica: “8º: As partes resistentes devem ser grossas de sorte, que possam resistir ao canhão; porque de outra sorte seriam de pouco efeito; como fácil é se colhe pela razão, e experiência” (AUTOR DESCONHECIDO, ca. 1705, p. 34). A experiência comprovou que as partes resistentes grossas oferecem melhores resultados.

Voltamos ao começo, em relação ao debate acerca da experiência, recuperando que a experiência máxima de perfeição, segundo o autor desconhecido, é a celestial. E a perfeição em Vitruvius é a ordem, a distribuição, a eurtímia e a simetria no sistema de equilíbrio entre as partes e o todo. Ou seja, é o decoro, a adequação ao conveniente. Por conveniente, necessário e útil, o autor desconhecido compreende o que discutimos acerca da base bíblica e vitruviana, além de argumentar com essas expressões – a Arquitetura Militar era conveniente, determinado elemento era ou não necessário –, marcando mais uma vez a presente recuperação dos códigos linguísticos do autor em estudo. Gostaríamos de destacar agora o vínculo entre as ideias de Vitruvius, em especial o conceito de adequação (decoro), e as oito máximas do autor desconhecido.

O linguista Júlio Cesar Vitorino, no artigo “*Res Philologiae: Vitruvius e as definições da Arquitetura*”, desenvolve estudo sobre as interpretações dos conceitos utilizados por Vitruvius e revisões destes para explicar a arquitetura, ao lado dos termos que lhes são associados, para uma melhor compreensão dos sentidos propostos pelo autor. Para dividir a arquitetura, Vitruvius, como mencionamos, propôs seis termos: ordem, disposição, eurtímia, simetria, decoro e distribuição. Vitorino começa a sua exposição pontuando o quanto esses conceitos são ambíguos e semanticamente próximos¹¹.

Para decoro, Vitruvius aborda a temática da conveniência. Em tradução de Vitorino, decoro é: “conveniência, por sua vez, é o aspecto qualitativamente correto da obra executada a partir do emprego de fatores de validade comprovada. Resulta da escolha do sítio [...]” (VITORINO, 2009, p. 42). O decoro como a conveniência em função da correta escolha do sítio diz muito sobre o ensino do autor desconhecido, pois é uma marca retórica do seu texto. Como, por exemplo, quando na sétima questão declara:

Questão 7º

Se seja conveniente fortificar a Corte em que o Príncipe está?

Responde-se afirmativamente; porque se as praças fortificadas são convenientes, nenhum inconveniente haverá, em que a Corte, aonde o príncipe está, seja fortificada: logo a sua fortificação será conveniente.

¹¹ Por ordem, temos a noção de equilíbrio e proporção geral entre as partes, com a ideia de uma justiça e a apropriação das coisas em lugares específicos. Operada pela simetria, a ordem responde à necessidade de uma correta e coerente disposição dos elementos, cujo resultado é um sistema em proporção. Podemos constatar que, por ordem, Vitruvius quis dizer uma realização proporcional, simétrica. Uma execução coerente em termos matemáticos, que garantiria a proporção entre o todo e as partes. No que diz respeito à disposição, Vitorino salienta que a explicação vitruviana aloca tal termo ao lado da eurtímia, que seria a proporção. A disposição proporcional está baseada em um benefício, um sentido e uma finalidade, o que caracterizará as escolhas envolvidas.

Confirma-se; porque vemos, que sendo fortificada Viena de Austríaca Corte do Imperador, pode resistir ao poder Otomano, e sustar a grande expugnação que os dos mouros lhe fizeram. Também vemos muitas Cortes de príncipes fortificadas.

Nem obsta o discurso de alguns políticos, que julgam ser desnecessária a Corte fortificada; porque o do discurso não é regulado conforme as razões militares, que são as urgentes, e assim notamos, que quando se teme alguma invasão, logo julgam por necessária a Corte fortificada (AUTOR DESCONHECIDO, ca. 1705, p. 15).

A ideia da existência de razões militares tidas por urgentes, em detrimento do discurso de políticos específicos, coaduna-se ao argumento de Cesar Vitorino acerca do uso do conceito de decoro em Vitruvius: “a utilização desse conceito [decoro] por Vitruvius se exprime através do resultado que a obra deve ter enquanto manifestação da finalidade global que o artefato se propõe e enquanto expressão da observação de regras de medida, equilíbrio e beleza” (VITORINO, 2009, p. 42). O resultado final é o mais importante, no caso, a adequada prática de proteção do príncipe. Por fim, com estreita relação com o decoro, a distribuição é a articulação das partes em sua unidade, o espaço dividido em termos econômicos, no que tange aos materiais e aos custos da obra, por exemplo, quando cada parte atinge a sua finalidade.

Portanto, os termos da referida tríade são aspectos sensíveis e que merecem destaque. A percepção de que a conveniência foi atestada em primeiro lugar no Céu, como vimos, deixa claro que, na opinião do tratadista em estudo, as dimensões do Céu e da Terra se complementavam. Além disso, o autor desconhecido legitimou, como já mencionado, nas suas questões proemiais, a Arquitetura Militar pela sua necessidade, conveniência e dignidade ou utilidade para o governo do território, aspectos do decoro em Vitruvius. As questões são: 4ª Se a Fortificação seria de grande dignidade; 5ª. Se a Arquitetura Militar seria necessária; 7ª Se seria conveniente fortificar a Corte em que o Príncipe estava. Pensando em termos do decoro como conveniência, é possível identificar o quanto Vitruvius foi retomado pelo autor desconhecido.

No Dicionário de Rafael Bluteau (1638-1734), a noção de necessário esteve ligada às percepções de algo não voluntário, não espontâneo. Ou seja, “aquilo que não pode deixar de ser, e que forçosamente há de suceder por causa do princípio material, ou natural, e absoluto” (BLUTEAU, 1712, p. 695). Nesse ponto, estamos em concordância com as regras da Ciência em estudo na medida em que a defesa não pode nem deve ser espontânea ou voluntária, mas sim resultado do material e do natural em correlação.

No mesmo Dicionário, conveniente é o que lhe convém, ou o que é bom. Já útil, como sinônimo de conveniência, também pode ser entendido por proveito e por interesse. Assim, o interesse que convinha ao príncipe, ao monarca, ao soberano era a correta aplicação dos preceitos da Ciência da Arquitetura Militar.

5. Considerações finais

O desenvolvimento do discurso do autor desconhecido em termos de uma origem celestial e vitruviana para a Arte da defesa perpassa todo o texto. A experiência a ser seguida, copiada, imitada era a defesa forjada no Céu, e desenvolvida com traços do texto de Vitruvius. O autor desconhecido declarou: “para nos livrarmos destas dúvidas proporemos as opiniões dos AA. [autores] mais célebres, as quais seguiram fundadas nas suas **experiências**” (AUTOR DESCONHECIDO, ca. 1705, p. 41 – grifo nosso). Essas experiências possuíram uma original, a celestial; as demais a seguiram, como destacamos. Fato que também atesta o quanto ser experiente acarretava autoridade no assunto, o que implica dizer cabedal teórico para a prática da Arquitetura Militar.

O objetivo do texto em análise era explicar como a prática de um ideal de perfeição poderia ser atingida, ou o seu máximo possível. Como finalidade almejada, os aspectos concernentes à regularidade explicam tal ponto de vista e articulam as temáticas celestiais com as vitruvianas. Nesse ponto, os dois caminhos argumentativos se cruzam, pois o decoro vitruviano previa a mesma finalidade de perfeição, isto é, a adequação às circunstâncias. Esses sistemas organizacionais – prescritos no texto bíblico e na Arquitetura de Vitruvius – são apropriados pelo autor desconhecido, em seu ensino da Arte de defesa, no manual “Tratado da Arquitetônica”.

Para uma melhor compreensão dessa correlação, chamamos a atenção para alguns dos principais aportes teóricos do autor desconhecido. A experiência foi a sua retórica para legitimar o ensino acerca do modo de atingir a capacidade defensiva adequada. A ordem como princípio de um decoro: uma conveniência que deveria se adequar aos aspectos da realidade e finalidades do governo do território.

Uma maneira de subsidiar o modo como pensamos o estudo do aparato teórico utilizado pelo autor desconhecido é refletir sobre a obra “Possessões Maravilhosas – o deslumbramento do Novo Mundo” (GREENBLATT, 1996), de Stephen Greenblatt. Esse autor lança mão de alguns aspectos metodológicos e conceituais que ajudaram a identificar

um modo de interpretação da representação da cultura (ou da prática cultural) presente na linguagem do tratado em estudo. Já em sua introdução, Greenblatt mostra que o seu objeto de estudo, o discurso de viagem, possuía implicações semânticas, ou melhor, significados no imaginário social europeu. Como apresentar um mundo novo? Por meio de anedotas, que são como discursos das experiências para apresentação de determinado mundo, como “produto da tecnologia representacional de uma cultura” (GREENBLATT, 1996, p. 19).

Então, há meios de decodificar essa tecnologia representacional, moldes para os quais o indivíduo se volta ao representar seu mundo, ou mesmo um mundo novo, pois se trata das estratégias de representação de uma cultura. Em nosso estudo, o processo de decodificação perpassou a identificação no texto das características de um discurso marcado por preceitos bíblicos e por aspectos do texto vitruviano, o que ajudou a compreender os esquemas intelectuais forjados. Nesse sentido, a partir das análises da forma e da função, foi possível interpretar as lógicas do texto.

Da mesma forma, Peter Burke intenta compreender as matrizes da produção de conhecimento (BURKE, 2003). Seu conceito de “sistemas de conhecimento” faz sentido em nossa análise, pois se aplica quando estamos problematizando a ressignificação de conceitos e ideias, já que a noção de “sistemas de conhecimento”¹² vem a ser a engrenagem que constitui um saber. O referido sistema permite que identifiquemos como o meio social determina o que é a verdade ou o que será tido por conhecimento. Por meio da Sociologia do Conhecimento percebemos como cada sociedade constrói os seus pressupostos, que, por sua vez, definem os saberes. A visão de mundo do autor desconhecido é passível de ser apreendida porque a sua produção forneceu pistas sobre os seus interesses sociais. A intenção desse artigo, portanto, foi suscitar reflexão em relação aos “sistemas de conhecimento” desenvolvidos pelo autor desconhecido. Como exemplo, temos a análise da experiência histórica como matriz da Ciência ensinada por aquele autor.

A perspectiva de que o conhecimento é o que foi processado e sistematizado aponta para a noção do que era considerado conhecimento no início da Era Moderna. E a Arquitetura Militar, caracterizada como Arte e Ciência, foi um saber que obteve o seu método alicerçado na prova da experiência histórica, bem como na formação de um quadro técnico que conseguiu alçar amplo espaço na Corte portuguesa. Cabe destacar mais uma vez que as

¹² No mesmo sentido, as categorias de “esquemas intelectuais” em Roger Chartier e de “modelação do conhecimento” em Antonio Manuel Hespanha.

espécies de conhecimento prático e teórico se coadunam no ensino ministrado pelos engenheiros.

Referências

Documentais

AUTOR DESCONHECIDO. Tratado da Arquitetônica, ou Arquitetura Militar, ou Fortificação das Praças. ca. 1705. Manuscritos de Livraria, nº 1809, Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT).

BÍBLIA Sagrada. Nova Versão Internacional, NVI.

BLUTEAU, Rafael. Dicionário da Língua Portuguesa Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau. 1712. Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

_____. Dicionário da Língua Portuguesa Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. 1789. Typographia Lacerdina.

Bibliográficas

BASTOS, Rodrigo Almeida. O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 201-230, 2012.

BORGES, Carolina da Rocha Lima. Vitruvius, Alberti e o poder. *Revista Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo*, Brasília, nº. 16, 2016.

BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência e terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GREENBLATT, Stephen. *Possessões Maravilhosas: o deslumbramento do Novo Mundo*. São Paulo: EDUSP, 1996.

HANSEN, João Adolfo. Ler e ver: pressupostos da representação colonial. *Desígnio: revista de história da arquitetura e do urbanismo*, São Paulo, v. ?, n. 9/10, 2009.

MANENTI, Leandro. Princípios de ordem projetual na obra de Vitruvius. *Arquitetura Revista*, São Leopoldo, v. 6, n. 1, p.1-11, 2010.

MOREIRA, Rafael. A scientia de Vitruvius em Portugal nos séculos XV e XVI. *Desígnio: revista de história da arquitetura e do urbanismo*, São Paulo, v. ?, n. 9/10, 2009.

VITORINO, Júlio Cesar. Res Philologiae: Vitruvius e as definições da Arquitetura. *Desígnio: revista de história da arquitetura e do urbanismo*, São Paulo, v. ?, n. 9/10, 2009.
